



Posição do Grupo de Trabalho da Educação do BE sobre negociações com professores e a apreensão quanto ao futuro da Educação Pública em Portugal

O ME mostra-se incapaz em encontrar soluções e dialogar com a classe.

Não se entende a posição do Ministério da Educação na negociação com as estruturas representativas dos professores, levando a cabo um monólogo, onde diz encontrar “aproximações”, mas que minoriza as posições dos professores e outras organizações de educação, ignorando as medidas essenciais de valorização da carreira.

O Ministério da Educação, teima em fazer parte do problema e afronta diretamente os docentes, desrespeitando o direito de quem precisa de mobilidade por doença, propondo um concurso que penaliza ainda mais os docentes, atacando o direito à greve e propondo que se parem os protestos, atentando contra direitos fundamentais e a própria democracia.

Este Governo não está ao lado dos docentes, mas sim contra os professores, e não aceita nenhuma das principais reivindicações. Pelo contrário, não revê o regime de mobilidade por doença, não revê a carga burocrática nas escolas e nos horários, aprova sozinho um Decreto-Lei do regime de concursos, ignorando os intervenientes, não devolve o tempo de serviço, mantém as quotas e vagas nos escalões e não apresenta soluções para a monodocência, aposentação e rejuvenescimento da profissão. Em vez disso, tenta vencer a classe pelo cansaço e pelo arrastar de negociações propositadamente ilusórias e alongadas no tempo, sem qualquer necessidade, com base em propostas inaceitáveis que depois retira parcialmente, chamando a isso negociação.

a) Decreto Lei do Recrutamento:

A aprovação do Decreto Lei dos concursos à revelia da classe, mostra má fé com que se negocia e a abertura que se apregoa, numa posição que penaliza os professores, ultrapassa linhas vermelhas negociais e colhe críticas de diversas organizações como o Conselho de Diretores, o Conselho Nacional de Educação e o próprio Presidente da República.

O documento aprovado não acautela a justa recuperação do tempo de serviço, e será mais um fator de injustiça nas assimetrias verificadas na carreira, especialmente a ultrapassagem no requisito de ter um contrato ativo a 31 de dezembro de 2022, independente dos anos que se é contratado.

Este concurso não deveria estar desenquadrado da revisão do regime de mobilidade por doença, pois as vagas de quadro e os concursos estão ligados à mobilidade. Apesar do apelo da Provedoria de Justiça, as novas regras de mobilidade continuam penalizadoras para os professores.



O novo regime concursal não promove qualquer apoio ou incentivo à deslocação para longe da residência, antes pelo contrário, configura uma deslocação forçada de profissionais, com dezenas de anos de contratados, ao obrigar a um concurso nacional no ano seguinte, apesar das zonas pedagógicas criadas. Muitos docentes estão apreensivos pela possibilidade de terem de estar longe de casas em zonas onde as despesas são incomportáveis, o que condena os docentes a uma vida indigna.

Cria instabilidade e penaliza também os professores do Quadro de Agrupamento no processo de vinculação dinâmica, ao prever que possam ser deslocados entre vários Agrupamentos, dentro das zonas pedagógicas criadas, o que significa dar aulas em locais que distam largas dezenas de quilómetros, ou mais, com todos os prejuízos para a inserção nos contextos educativos, estabilidade pessoal e qualidade do trabalho docente.

Não se entende como tantos setores e personalidades da sociedade civil e política se têm manifestado contra a injustiça dos docentes contratados por décadas e para a falta de atratividade da profissão e se possa aprovar um decreto que continue a penalizar os professores.

b) Recuperação do tempo de serviço e Quotas acesso ao 5º e 7º escalões:

O Ministério mantém uma postura de recuperação zero tempo de serviço. Mantém o sistema de eleição de desempenho injusto e subjetivo, bem como a quotas de acesso, que constituem um tampão inaceitável de acesso aos escalões mais altos.

Pelo que se conhece do recente anteprojeto que anunciou, mas cuja negociação ainda não aconteceu, pretende vender uma medida pontual e temporária para poucos docentes, como grande avanço, mas que na realidade, irá manter a carreira como está para o futuro, fingindo que faz alguma coisa, a que chama repor injustiças no tempo de serviço, ou de compensação. Se há injustiças, pode perfeitamente resolvê-las, pois foi o próprio ME que as criou e não necessita de fingir que negocia para as resolver, basta vontade e uma caneta.

Pior, o Ministério lança dados errados, que facilmente são desmontados pelos sindicatos ou até o próprio Conselho de Diretores, como por exemplo a proposta de compensação a alguns professores através de um descongelamento cirúrgico das vagas para o 5º e 7º escalões, que, depois de feitas as contas afinal iria apenas beneficiar 16 mil docentes, em vez dos 60 mil divulgados pelo Governo. O mesmo já tinha acontecido com uma proposta anterior de alterar a percentagem de quotas nestes dois escalões.

A única forma de resolver este problema de forma justa e universal e as assimetrias criadas, é a reposição total do tempo de serviço e a eliminação das quotas. Qualquer outra medida pontual, não passa de uma tentativa para iludir a opinião pública.

Se a carreira se mantém desta forma penalizadora para o futuro, isso afastará definitivamente os jovens da profissão, pois ninguém está disposto a chegar ao fim de uma carreira no 7º escalão, na melhor das hipóteses, ganhando 1500 euros líquidos, para se reformar ao fim de uma vida de trabalho com cerca de 1000 euros líquidos.



c) Repor equidade para a monodocência:

A desigualdade da carga horária da monodocência, foi criada quando das decisões sobre a idade da reforma, não tendo em conta que estes professores trabalham em média mais 5 a 6 horas semanais que os colegas nos restantes ciclos e reformam-se na mesma altura.

Para compensar esta gritante injustiça, existem diversas formas. A que está em discussão é retirar a componente letiva da monodocência a partir dos 60 anos.

É preciso ter muito cuidado com este presente envenenado, porque facilmente o Ministério piora a vida destes professores, colocando-os em tarefas pesadas e com horário maior até se reformarem, aumentando as horas e a carga de trabalho.

Para que fosse uma medida justa, teria de se equacionar uma reforma antecipada para a monodocência, pois o trabalho letivo a mais foi efetivado, o que representa um desgaste extra numa carreira de desgaste rápido.

O que se discute agora é que, se volte a trabalhar essas horas mas de outra forma. Ora isso não resolve a injustiça de se acabar a carreira a trabalhar mais horas que os restantes, apenas mascara de boa intenção a manutenção de uma injustiça.

Quem perde os professores hipoteca o futuro de um país.

Os professores tiveram a maior mobilização alguma vez vista em Portugal, com enormes manifestações que juntaram mais de cem mil professores e profissionais do ensino. Greves com enorme adesão, vigílias, protestos por todo o país. Foram um exemplo para todo o país de defesa da sua classe e da Educação. As suas lutas têm visibilidade internacional.

Como resposta o Ministro ataca o direito à greve, tenta silenciar os docentes e avança sozinho com um pacote legislativo lesivo para os professores sem diálogo ou acordos. Estamos perante um Ministro que não está à altura das circunstâncias e do momento crucial para a Escola Pública, comportando-se como um vulgar regatão avarento, sem autonomia negocial por restrições financeiras.

Ou seja, este Governo está de má fé, aprova as medidas que entende simulando que são aproximações, mas na realidade ignora completamente as exigências dos professores, governando contra eles e os seus direitos de forma meramente economicista. Não se trata com este tipo de arrogância uma classe que deu uma lição de unidade e democracia representativa, que luta inteira e unida pelos seus direitos. É uma atitude incendiária e desrespeitosa e que tem consequências muito negativas para a escola pública e o seu futuro.

O Governo, na sua cegueira de lutar contra os professores, apresenta insensibilidade social perante inúmeras injustiças e assimetrias e falha na sua missão inicial e prioritária de resolver o problema da falta de profissionais, enredando-se em intrigas e meias medidas lesivas, que em nada contribuem para aumentar o número de professores ou candidatos à profissão, pelo contrário, não se vislumbra nenhuma medida nesse sentido.



A par de uma carreira minimamente atrativa para os jovens e do respeito devido aos professores na carreira, seria preciso investir em formação e atração de jovens para os cursos, estágios remunerados, pagamento a orientadores nas escolas (prevê-se que estas funções venham a cair sobre os mesmos docentes de sempre) e garantir uma verdadeira formação teórica pedagógica, a par de verdadeiros estágios de aprendizagem prática em contexto e não apenas numa integração emergencial do tipo “faça você mesmo”.

De tanto se empenhar nesta luta insana contra uma classe, em vez de se constituir parceiro colaborante e parte da solução, este Ministro perdeu o foco do objetivo central deste momento crucial para a Educação, onde se perspetiva que quase metade dos professores se reformem nos próximos 6 anos.

A falta de professores vai trazer problemas sem precedentes ao sistema e que deveria mobilizar mudanças estruturais em diversos níveis, incluindo a melhoria da carreira e das condições de trabalho da profissão. Mas a discussão não está centrada nas propostas para resolver o problema da falta de professores, vislumbrando-se um baixar da fasquia na formação.

Sem soluções à vista, mantendo-se a crescente desvalorização da carreira, o resultado será um aumento sem precedentes de licenciados não profissionalizados de diversas áreas, sem formação pedagógica, podendo daqui resultar uma diminuição nunca antes vista da qualidade da Escola Pública, com um custo social e económico incalculável para o país. Prevê-se, assim, um retrocesso civilizacional numa das mais significativas conquistas de abril.

Quem desinveste da Escola Pública e perde os professores, perde o futuro. Não é possível construir uma Educação de qualidade à revelia dos seus atores.

Desinvestindo na Educação, desprestigiando os seus profissionais e disseminando uma imagem negativa, de confrontação e falta de competência, estamos a transformar a Escola Pública num nicho para os pobres e quem não tem outra alternativa e assim, ter finalmente um sistema barato de serviços mínimos.

Sem a intervenção séria de forças sociais e outros níveis de magistratura política deste país, a Educação em Portugal prepara o seu regresso ao passado.

Grupo Trabalho Educação do Bloco de Esquerda

12 de maio de 2023